



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS SOBRESTADOS POR LEADING CASE
(Art. 543-B do Código de Processo Civil)
Período de referência: Agosto, Setembro e Outubro/2013

| Nº Tema STF | Processo | Questão Jurídica | Recursos Sobrestados TJSE |
|-------------|------------|---|---------------------------|
| 5 | RE-561836 | Compensação da diferença de 11,98%, resultante da conversão em URV dos valores em cruzeiros reais, com o reajuste ocorrido na data-base subsequente. | 10 |
| 6 | RE-566471 | Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo. | 4 |
| 18 | RE-564132 | Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de honorários advocatícios. | 53 |
| 19 | RE-565089 | Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos. | 3 |
| 25 | RE-565714 | Vinculação do adicional de insalubridade ao salário mínimo. | 1 |
| 31 | RE-565048 | Exigência de garantia real ou fidejussória para impressão de documentos fiscais de contribuintes inadimplentes. | 1 |
| 33 | RE-592377 | Relevância e urgência da medida provisória nº 2.170-36/2001 que disciplina a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. | 132 |
| 41 | RE-563965 | Direito adquirido à forma de cálculo de parcelas incorporadas à remuneração. | 7 |
| 96 | RE-579431 | Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório. | 2 |
| 98 | RE-582650 | Auto-aplicabilidade do art. 192, § 3º, da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional nº 40/2003. | 1 |
| 115 | RE-580264 | Aplicação da imunidade tributária recíproca às sociedades de economia mista que prestam serviços de saúde exclusivamente pelo SUS. | 11 |
| 123 | ARE-652492 | Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados. | 2 |
| 129 | RE-591054 | Consideração de ações penais em curso como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena. | 1 |
| 138 | RE-594296 | Anulação de ato administrativo pela Administração, com reflexo em interesses individuais, sem a instauração de procedimento administrativo. | 3 |
| 176 | RE-593824 | Inclusão dos valores pagos a título de "demanda contratada" na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica. | 30 |
| 188 | AI-759421 | Declaração de hipossuficiência para obtenção de gratuidade de justiça. | 1 |
| 191 | RE-596478 | Recolhimento de FGTS na contratação de servidor público sem a prévia aprovação em concurso público. | 5 |
| 201 | RE-593849 | Restituição da diferença de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária. | 3 |
| 210 | RE-636331 | Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia. | 2 |
| 220 | RE-592581 | Competência do Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais com o objetivo de assegurar a observância de direitos fundamentais dos presos. | 1 |
| 226 | RE-602347 | Cobrança do IPTU pela alíquota mínima nos casos de declaração da inconstitucionalidade da sua progressividade. | 93 |
| 257 | RE-606358 | Inclusão das vantagens pessoais no teto remuneratório estadual após a Emenda Constitucional nº 41/2003. | 2 |
| 264 | RE-626307 | Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão. | 29 |



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS SOBRESTADOS POR LEADING CASE
(Art. 543-B do Código de Processo Civil)
Período de referência: Agosto, Setembro e Outubro/2013

| Nº Tema STF | Processo | Questão Jurídica | Recursos Sobrestados TJSE |
|--------------------|------------|--|---------------------------|
| 265 | RE-591797 | Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I. | 77 |
| 285 | RE-632212 | Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II. | 2 |
| 301 | RE-592887 | Cobrança de ICMS sobre serviço de habilitação de celular. | 1 |
| 308 | AI-757244 | Efeitos trabalhistas decorrentes de contratação pela Administração Pública de empregado não submetido à prévia aprovação em concurso público. | 6 |
| 339 | AI-791292 | Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais | 54 |
| 379 | RE-605552 | Imposto a incidir em operações mistas realizadas por farmácias de manipulação. | 2 |
| 381 | RE-630852 | Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência. | 1 |
| 400 | AI-837409 | Legitimidade ativa para cobrar IPTU referente à área de município em que se controverte acerca da observância do artigo 18, § 4º, da Constituição Federal no processo de desmembramento. | 368 |
| 452 | RE-639138 | Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição. | 1 |
| 480 | RE-609381 | Incidência do teto constitucional remuneratório sobre proventos percebidos em desacordo com o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal. | 1 |
| 531 | AI-853275 | Desconto nos vencimentos dos servidores públicos dos dias não trabalhados em virtude de greve. | 1 |
| 542 | ARE-674103 | Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível ad nutum, ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória. | 2 |
| 559 | RE-614384 | Convalidação, pela EC 57/2008, de desmembramento municipal realizado em desobediência ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal e suas consequências sobre execuções fiscais ajuizadas anteriormente à promulgação da citada emenda constitucional. | 120 |
| Total Geral | | | 1033 |